

LUGAR DO LUTO, LUTO DO LUGAR: EM CONSTRUÇÃO...

THE PLACE OF MOURNING, THE MOURNING OF THE PLACE: WORK IN PROGRESS...

Marluza Da Rosa¹

Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Ciências da Comunicação, Frederico Westphalen, RS, Brasil

Resumo: Este estudo propõe-se a refletir sobre as dimensões da perda e do luto, ao analisar o testemunho de três sobreviventes das cheias do Rio Taquari, ocorridas entre 2023 e 2024. Os dizeres foram extraídos do documentário *Vale do Taquari, três enchentes depois*, produzido pela TV Folha. Via atravessamento da psicanálise na análise de discurso, a pesquisa compreende o luto como construção, e a experiência de deslocamento como marcada por um descolar(-se). Nesse caminho, são experimentadas a noção de ponto de inflexão e uma torção na nomeação *deslocados internos*.

Palavras-chave: Luto; perda; testemunho; Vale do Taquari; deslocados internos

Abstract: This study aims to reflect on the dimensions of loss and mourning by analyzing the testimony of three survivors of the Taquari River floods, which occurred between 2023 and 2024. The statements are excerpts from *Vale do Taquari, três enchentes depois*, a documentary produced by TV Folha. Through the intersection of psychoanalysis and discourse analysis, the research understands mourning as a construction and the experience of displacement as marked by a detachment. In this path, the notion of a turning point is explored, as well as a twist in the designation of internally displaced persons is proposed.

Keywords: Mourning; loss; testimony; Vale do Taquari; internally displaced persons.

Considerações iniciais

Peço licença para escrever em primeira pessoa, pois me parece impossível dizer do luto de outro lugar que não seja o do eu. Já há algum tempo venho estudando os fenômenos migratórios, particularmente a problemática do refúgio e do exílio, nos discursos institucionais e midiáticos (Da Rosa, 2020; 2021; 2023). Nessas pesquisas, tenho dialogado sobre as relações de alteridade que se produzem nos deslocamentos de um país a outro, bem como sobre algumas dimensões do luto relacionadas à origem (Robin, 2003; Gambassi, 2021) e à língua (Mattos; Stübe, 2023). Em um caminho semelhante, interesso-me pelas discussões, marcadamente no

¹ Graduada e Mestra em Letras pela UFSM; especialista em Psicanálise e Análise do Contemporâneo pela PUC/RS; Doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP. Coordena o projeto interinstitucional DiASPoRA e a linha de pesquisa *Psicanálise e migrações: efeitos clínico-políticos dos deslocamentos*, na UFSM.

cenário midiático, sobre o funcionamento das nomeações *refugiados ou deslocados climáticos* e *refugiados ou deslocados ambientais* e sua pertinência ao se falar dos deslocamentos forçados, porém não devido a fundados temores de perseguição nem com atravessamento de fronteiras entre Estados, mas dentro de uma mesma nação ou de uma mesma região.

*Refugiados de Belo Monte*² foi a designação adotada por um coletivo de escutadores – dentre os quais os psicanalistas Christian Dunker e Ilana Katz, além da jornalista Eliane Brum – para se referir aos habitantes que foram retirados de suas terras e de suas vidas para a construção da Usina de Belo Monte, inaugurada em 2016. Uma série de discussões se seguiu, a fim de procurar saber se refugiado poderia ser alguém que não ultrapassou nenhuma fronteira internacional. Nomear o humano é um impasse apresentado por Gambassi (2022), quando da escuta dos deslocados de Brumadinho em sua tese de doutorado.

Recentemente, tocada pelas inundações no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, em maio de 2024, comecei a refletir sobre as dimensões do luto e da perda (e do que resta) não apenas quando dos deslocamentos geográficos, tanto de um país a outro quanto dentro de um mesmo país, mas também dos deslocamentos simbólicos marcados naqueles que perdem um lugar, mesmo permanecendo nele ou a ele retornando.

Esse percurso me leva a propor, neste estudo, uma torção na noção de *deslocados internos*, defendida no discurso jurídico, de modo a pensar sobre as reverberações do que implica ser/estar/sentir-se *internamente deslocado-descolado*. Nesse caminho, dou ênfase a movências de outra ordem que não a geográfica, inseparáveis da perda. Para Dal Forno, Canabarro e Macedo (2021),

a experiência de se deslocar pode ser particularmente traumática na medida em que, mediante os muitos excessos aos quais o sujeito fica exposto e em contextos nos quais precisa priorizar concretamente a conservação da vida, podem ficar em grande risco seus enunciados identificatórios (Dal Forno, Canabarro, Macedo, 2021, p. 15).

Compreendo que “a experiência de *se deslocar*” de que tratam os autores pode ser pensada na direção de um deslocamento em/de si. Em outros termos, na relação entre excesso e perda, tomo como direção de escuta os deslocamentos simbólicos e os efeitos infamiliares em momentos nos quais, para salvar a própria vida, alguém precisa se afastar de sua casa, seu lugar de amparo, seus enunciados identificatórios, mas também retorna ao mesmo, agora já outro, lugar. Nesse sentido, penso a torção, como na banda de Moebius, em que se sai sem sair, retorna-se sem retornar.

Como antecipado no breve resumo previamente apresentado, esta pesquisa se volta à

2 Disponível em: <https://ponte.org/tag/refugiados-de-belo-monte>. Acesso em: 15 fev. 2025.

reflexão, pela via do atravessamento da psicanálise na análise de discurso, sobre testemunhos de habitantes do Vale do Taquari que vivenciaram as enchentes de 2023 e 2024. Tais depoimentos são recortados do documentário *Vale do Taquari, três enchentes depois*³, no qual são entrevistados sete moradores (cinco homens e duas mulheres) que perderam suas casas e tentam reconstruir suas vidas. Embora o título pareça rememorar apenas o desastre socioambiental ocorrido no Vale, é entrevistado um morador de São Leopoldo, e são feitas referências a (des)abrigados em Canoas e Porto Alegre, o que permite apontar também para a dimensão sociopolítica do desastre, uma vez que, na região metropolitana, comprovou-se que o sistema de contenção do Guaíba falhou por negligência⁴ em sua manutenção.

No campo do olhar, o documentário⁵ (disponível em livre acesso no canal YouTube do jornal Folha de S.Paulo) é composto por um agrupamento de imagens (principalmente aéreas) de cidades destruídas, intercaladas tanto por telas que as identificam por escrito, quanto por telas pretas, escritas em branco, que parecem orientar a interpretação. Algumas dessas telas são apenas pretas. Visíveis, mas sem palavras, elas sulcam a narrativa. No plano sonoro, uma música instrumental triste é, de vez em quando, interrompida por gritos de Quero-Quero, ave símbolo do Rio Grande do Sul, que identifica o lugar; pelo barulho da chuva, que parece presentificar o tempo do desastre, como se este não passasse; pela fala de especialistas sobre as mudanças climáticas e pelos testemunhos dos habitantes locais. Analiso aqui três destes últimos, transcritos na seção 4, *Construir com o que resta*, e organizados em duas cenas.

A pertinência deste estudo se justifica, por um lado, pelo movimento de elaboração, *a posteriori*, do sofrimento decorrente desse encontro com o real que afetou não apenas a população diretamente atingida, mas também os demais moradores do Rio Grande do Sul. A repercussão nacional e internacional das inundações, uma tentativa midiática de representação, e as correntes de voluntariado e doações, possíveis tentativas de elaboração coletiva, dão uma pequena dimensão do “buraco no real” (Lacan, [1958-59] 2016, p. 360) com o qual se tem tentado lidar. Em maio de 2024, 183 pessoas morreram; em fevereiro de 2025, 25 ainda estavam desaparecidas e quase duas mil ainda permaneciam desabrigadas. Um estudo recente do Hospital das Clínicas de Porto Alegre aponta que muitos afetados pelas enchentes ainda sofrem efeitos de “estresse pós-traumático”⁶. Embora não seja por esse caminho que rumamos,

3 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5deO4PWcy98>. Acesso em 31 jan. 2025.

4 Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/falta-de-manutencao-e-falhas-de-projeto-impediram-o-sistema-de-contencao-de-cheias-de-protecter-porto-alegre/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

5 O documentário, com 14 minutos e 54 segundos, foi divulgado no dia 14 de janeiro de 2025 e contava, até o dia 14 de março, com 27 mil visualizações. É fruto de uma reportagem realizada em setembro de 2024, por Indiana Tomazelli e Pedro Ladeira. As fotografias são de Pedro Ladeira, e a edição é de Giovanna Stael. Beatriz Peres é mencionada como editora da TV Folha, responsável pela produção.

6 Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2025/01/30/vitimas-de-enchentes-no-rs-sofrem-com-estresse-pos-traumatico-mostra-estudo-nao-consigo-retornar-ao-bairro-diz-morador.ghtml>. Acesso em 10 fev. 2025.

ou seja, o de uma leitura do sujeito e do luto mediada pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o estudo do Hospital das Clínicas dá notícia de algo que continua a reverberar.

Esse acontecimento singular, que deságua no coletivo, por outro lado, também convoca o pensamento discursivo-psicanalítico a produzir indagações para além do “campo da informação” difundida em números. Segundo Costa (2018, p. 148), “o jogo da informação, veiculado cotidianamente pela televisão ou pelo meio digital, constitui uma relação a um saber desimplicado [...] A relação exclusiva com a informação situa um saber que não constitui experiência”.

Sendo a partilha e a narrativa o que permite compreender uma experiência enquanto tal, este trabalho se fundamenta em uma psicanálise implicada no discursivo, sendo este atravessado por ela, pela cultura e pelos mo(vi)mentos sócio-históricos. Como apresento na seção 3, *Para uma análise implicada*, tomo a narrativa como procedimento de constituição do *corpus*, analisado pela perspectiva lacaniana dos estudos discursivos. Proponho como objetivos, nas próximas páginas, revisitar a noção de luto, a partir das releituras de Freud ([1917] 2024); propostas por Lacan ([1958-59] 2016) e autores brasileiros contemporâneos; produzir um ato de escuta voltado ao dizer dos habitantes/sobreviventes e potencializar uma torção teórico-analítica na nomeação *deslocados internos*. Começo pela questão do luto, não sem antes situar(-nos) brevemente (n)o Vale.

“Bem-vindos ao vale infamiliar!”⁷

Composta por 36 municípios, historicamente, a região do Vale do Taquari foi o destino de imigrantes, principalmente alemães e seus descendentes, no período conhecido como “colonização provincial”, de 1848 a 1874 (Franz, 2020). Com o propósito de povoar a região sul do país, esses imigrantes eram organizados em “Colônias ou Kolonie, cuja acepção no Brasil significa lote ou estabelecimento rural” (Franz, 2020, p. 104). A maior parte desses lotes, no entanto, era composta apenas por pedaços de mata, impondo aos recém-chegados desafios na construção de terras aptas para cultivo, bem como de casas e outras benfeitorias. Essa é uma das razões pelas quais os colonos alemães e italianos, principalmente no sul do Brasil, são hoje rememorados como desbravadores, pioneiros, trabalhadores incansáveis, exemplares e prósperos; uma memória que se (re)significa ancorada no trabalho, no sofrimento, no sacrifício. Em releitura freudiana, De Souza e Sousa (2024, p. 45) relembram que “a primeira causa do

⁷ Procuro deslocar aqui o título que apresenta o capítulo 16 da obra **Freud no século XXI**, de Gilson Iannini (2024).

sofrimento humano é a tentativa de se defender da hostilidade das forças da natureza, que sempre colocam o humano em uma situação de precariedade e vulnerável condição”.

Alguns estudos de base discursiva sobre a imigração europeia ao Brasil no século XIX (tais como Da Rosa, 2021 e Stübe, *no prelo*) também têm apontado, em grande medida, para a precarização (no laço) social dos sujeitos que chegaram, financeiramente empobrecidos, necessitando deixar para trás sua pátria e sua língua, desprovidos, consequentemente, de muitos dos recursos simbólicos para representar seus deslocamentos e perdas. Pode-se dizer que o vínculo identificatório estabelecido nas colônias foi o responsável pela manutenção de uma pátria e uma língua idealizadas, defendidas como marcas da *Kultur* alemã, junto a valores como as artes (Iannini, Tavares, 2024), que hoje estão presentes em muitas das cidades do Vale do Taquari. Não é raro que seus descendentes ainda se considerem alemães, mesmo após várias gerações da família em solo gaúcho.

O fato é que, ao longo do tempo, esses imigrantes construíram um lugar para habitar em um vale geográfico (às margens do Rio Taquari), assim como um vale (semelhante a uma fenda) na língua portuguesa, onde manter abrigadas suas línguas de origem; um trabalho que também envolveu processos de elaboração de um sofrimento individual, mas compartilhado, e de luto de um lugar perdido, a terra natal. Na conferência *Habitar e construir*, Agamben (2019, n. p.) comprehende o humano como um ser *habitante*, definindo o habitar como “criar, conservar e intensificar hábitos e costumes, isto é, modos de ser”. Nesse sentido, acrescenta o filósofo, “o homem tem necessidade não só de uma toca ou de um ninho, mas de uma casa, de um lugar onde ‘habitar’, onde construir, conhecer e exercitar intensamente os seus ‘hábitos’”.

Os primeiros agrupamentos de imigrantes alemães chegaram ao Brasil em 1824, duzentos anos antes das enchentes ocorridas em maio de 2024, o que me permite esse salto histórico para o hoje e para o efeito infamiliar que anuncio no título desta seção. Em termos freudianos, “o *infamiliar* é uma espécie do que é aterrorizante e que remete ao velho conhecido, há muito íntimo”, que retorna (Freud, [1919] 2020, p. 33).

Parece difícil desconsiderar, neste estudo, que a destruição do lugar físico – a cidade, a casa – possa dar espaço ao retorno de/a uma ferida histórica e social comum, há muito esquecida (de um esquecimento também sócio-histórico), mas latente, latejante. Nos termos de Dunker (2019, p. 39), “Luto é complicado, porque ele nos coloca nessa dimensão do infinito. O luto de um, vira o luto de todos nós, dos que já foram, dos que estão e dos que virão”. Relaciono esse desamparo (re)vivido, portanto, ao luto, compreendido por Freud ([1917] 2024, p. 100), como “a reação à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela, como a pátria, a liberdade, um ideal, etc.”

Luto: um deslocar-descolar interno-externo

Ainda que **Luto e melancolia** seja uma reflexão mais sobre a melancolia do que propriamente sobre o luto, o texto de Freud ([1917] 2024) é incontornável quando se trata de abordar esse domínio. Para o autor, no processo de luto há um direcionamento do Eu (inibição, limitação) e de sua energia vital a esse trabalho, até que supostamente seja concluído. Dito de outro modo, é como se nos deslocássemos ou descolássemos um pouco do mundo e de nós mesmos, quando enlutados. Interessa-me destacar que o luto é definido por Freud como um *trabalho* de quem sofre uma perda. Esse trabalho pode ser lido enquanto metaforizado no documentário, como procuro mostrar posteriormente.

No seu retorno a Freud, Lacan ([1958-59] 2016, p. 359) aponta que “as fórmulas freudianas já nos ensinaram a formular o luto em termos de relação de objeto”. Ainda segundo o autor, na experiência do luto, “o sujeito mergulha na vertigem da dor e se encontra numa certa relação com o objeto desaparecido [...] o luto, que é uma perda verdadeira, intolerável para o ser humano, lhe provoca um buraco no real” (Lacan, [1958-59] 2016, p. 360). Levando em conta a constituição subjetiva, conforme a leitura lacaniana, como um enodamento entre Real, Simbólico e Imaginário, tendo a pensar que a experiência diante da perda possui algo de insuperável e inacabado, independentemente do trabalho do luto e das tentativas de substituição que se façam sobre ela. Esse trabalho, talvez seja possível dizer, apenas contorna, dá contornos ao buraco, o que não é pouco.

Apesar de a dor nunca ser totalmente aplacável, porque da ordem de um Real esburacado, o luto precisa ser feito, já de início, como um trabalho coletivo, o que aponta para o funcionamento inseparável das dimensões externa e interna ao sujeito. Para Costa (2018, p. 149), em sentido semelhante à abordagem lacaniana, “num primeiro tempo, o luto precisa ter uma dimensão coletiva. O primeiro tempo é o encontro de uma ausência que nada conseguirá recobrir”. Apesar disso, como dito anteriormente, entendo que se pode contorná-la: *habitando-a*, ou seja, criando e conservando modos de ser, e *construindo-a*, dando-lhe contornos simbólicos. De acordo com Lacan ([1958-59] 2016),

O trabalho do luto se realiza no nível do *logos* – digo isto para não dizer no nível do grupo, nem no da comunidade, embora o grupo e a comunidade, como culturalmente organizados, sejam, é claro, seus suportes. O trabalho do luto apresenta-se, primeiro, como uma satisfação dada à desordem que se produz em razão da insuficiência de todos os elementos significantes em fazer frente ao buraco criado na existência. É todo o sistema significante que é posto em jogo *em torno do menor luto que seja* (Lacan, [1958-59] 2016, p. 361, *grifo meu*).

Dessa passagem do Seminário 6, cabe retomar três aspectos: o trabalho do luto não se faz fora da cultura e da política, enquanto representantes da coletividade que, na visada discursiva, constitui-se no/do histórico e no/do político. Ainda assim, esse trabalho diz da falha/falta na rede de significantes em que o sujeito se sustenta, mas diz também que é por meio dessa rede que se pode elaborar a perda, contornando-a, uma vez que “é todo o sistema significante que é posto em jogo *em torno do* luto, para tentar cerzi-lo. Nesse sentido, Baldini (2018) argumenta que esse trabalho envolve “convocar o simbólico para dar conta de uma desaparição no real. Operações de linguagem, torções no discurso, portanto. Operações que colocam em questão todas as relações constitutivas do sujeito com o objeto, exigindo uma mudança brutal nessas relações” (Baldini, 2018, p. 31-32). Esse percurso pelo pensamento dos autores me leva a aproximar o trabalho do luto com o da construção, em Agamben (2019), conforme os abordo na seção 4.

Antes, porém, apoiando-me nas operações ressaltadas por Baldini (2018), volto-me para a torção que anunciei da nomeação *deslocados internos*, vertendo-a em *internamente deslocados-descolados*. Ao retomar a leitura de Allouch (2004), Silveira (2018, p. 275) afirma que, implicada no luto, “não é só a perda de alguém ou de um objeto, e, sim, perda de algo do objeto que é também do sujeito, *um pedaço de si*, no sentido de um traço”. Entendo, em diálogo com a autora, que algo se descola do/no sujeito, produzindo-lhe uma fenda, uma rachadura, em alguma medida, um vale que interrompe o *continuum* da narrativa de sua existência. Falta um traço, enquanto ponto que passa a existir faltante. Assim sendo, como considera Baldini (2018), afeta “todas as relações constitutivas do sujeito” e exige “mudança brutal”. A esse aspecto, relaciono, posteriormente, a noção de ponto de inflexão.

Na perda e na construção do luto, o movimento de sair e retornar a um lugar, sendo este já outro, assemelha-se ao movimento na/da banda de Moebius, imagem por meio da qual a afirmação de que os habitantes do Vale do Taquari seriam deslocados internos parece não se sustentar. Deslocados de onde? Internos a quê? O ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, assim define o que se convencionou chamar de deslocados internos:

São pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, pelos mesmos motivos de um refugiado, mas que não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção. Mesmo tendo sido forçadas a deixar seus lares por razões similares às dos refugiados (perseguições, conflito armado, violência generalizada, grave e generalizada violação dos direitos humanos), os deslocados internos permanecem legalmente sob proteção de seu próprio Estado – mesmo que esse Estado seja a causa de sua fuga⁸.

⁸ Disponível em: <https://www.acnur.org.br/sobre-o-acnur/quem-ajudamos/deslocados-internos#:~:text=S%C3%A3o%20pessoas%20deslocadas%20dentro%20de,fronteira%20internacional%20para%20buscar%20prote%C3%A7%C3%A3o.> Acesso em: 11 fev. 2025.

É possível identificar, sem muito esforço de leitura, que a razão sócio-político-ambiental não está entre as causas de as pessoas afetadas perderem seus lares. Como dizer dessa condição? Talvez por isso foi proposto, em 2024 (ainda em tramitação na Câmara dos Deputados, conforme a Agência Câmara de Notícias⁹), o Projeto de Lei 1594/24¹⁰, que institui a Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos, uma tentativa, possivelmente, de direcionar ao âmbito do Estado e de seus elementos significantes a dimensão coletiva do trabalho de elaboração. Nos termos da Agência Câmara de Notícias,

O texto define os deslocados ambientais ou climáticos como migrantes forçados, nacionalmente ou internacionalmente, temporária ou permanentemente, em situação de vulnerabilidade, deslocados de sua morada habitual em consequência de eventos decorrentes das mudanças climáticas, como enchentes, contaminação da água, deslizamentos, incêndios florestais e secas.

Essa questão de como nomear os sujeitos e(m) seu luto, no campo jurídico, remete ao que enfatiza Silveira (2018, p. 275), quando afirma que, “sendo da ordem de uma privação, é necessário fazer apelo ao simbólico e ao imaginário para encontrar significantes para elaborá-lo”. Todavia, ainda que ações do Estado e de organizações, assim como a instauração de políticas públicas, sejam fundamentais para possibilitar amparo de diversas ordens, parece que ainda permanecemos no campo da informação, como menciona Costa (2018), referida na introdução deste trabalho, relação de “saber desimplicado [...] que não constitui experiência”.

Da forma como comprehendo, o corte em uma superfície plana (o *continuum* da vida cotidiana), a quebra em sua ilusória linearidade e a emergência do vazio da incompletude exigem que as tentativas de colagem se deem em torção no nível simbólico, já que nada mais pode ser representado da mesma forma. O luto, mais do que um trabalho que chegaria à conclusão, é um trabalho de construção da/na perda. Falar, portanto, de *internamente deslocados-descolados*, jogar com esses significantes, implica pensar que o deslocamento (“a experiência de se deslocar”, retomando os termos de Dal Forno, Canabarro e Macedo, 2021) potencializa a abertura (o descolamento) de questões como: qual é o lugar do luto? Externo, interno, coletivo, individual, sociopolítico, cultural, público, privado? Um luto de qual lugar? Das pessoas que se foram, da casa, dos vizinhos, da cidade, de si mesmo, do tempo, do espaço, retomando Freud ([1917] 2024), da pátria, da liberdade, de um ideal? Que lugar construir em torno da ausência na/pela língua, nos testemunhos?

⁹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1086915-projeto-institui-politica-de-protectao-a-deslocados-climaticos/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

¹⁰ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2431186>. Acesso em: 11 fev. 2025.

Independentemente de qual seja o “objeto”, deslocar-se, como experiência, não se dá sem perda nem sem luto. Embora partilhada, a experiência aponta para o singular, o traço perdido, os pedaços de si que se descolaram e necessitam ser reorganizados no luto construído em mutirão, no/pelo simbólico, nas disputas (se sentido) que marcam o político. Desse modo, concordo com Baldini (2018), quando o autor afirma que o luto “aparece como algo mais da ordem de um ato, de um ‘tomar ciência’, subjetivar uma perda, aceitar e inscrever uma falta que nada tem a ver com a falta de um objeto na realidade” (Baldini, 2018, p. 30). Nesse sentido, para o autor, o luto não é um trabalho, mas um sacrifício.

O sacrifício de relembrar e de falar sobre sua perda, nos participantes do documentário *Vale do Taquari, três enchentes depois*, talvez seja da ordem de um ato, enquanto inscrição do sofrimento singular no campo sociopolítico. Não se emerge da “vertigem da dor” sem trabalho, sem construção, sem sacrificar pedaços de si que, possivelmente, nunca mais serão colados. Sendo assim, ressalto o questionamento levantado por Dunker (2019, p. 33): “Não seria o trabalho do luto algo análogo ao trabalho da análise, ou seja, uma tarefa finita e uma atividade infinita?”.

Para uma análise implicada

Vincular a (psic)análise ao campo discursivo implica considerar, dentre outros elementos, as condições históricas de produção dos discursos como constitutivas também do sujeito. Por essa razão, sublinho como um traço histórico do Vale do Taquari o fato de esta ser uma região construída, com muito custo, por imigrantes em condições adversas. Além disso, como afirmam Lara Jr., Dunker e Pavón-Cuéllar (2019), um modo discursivo de proceder à escuta não prescinde da implicação do analista, o que resulta em sustentar um posicionamento e um comprometimento políticos para se pensar os discursos, os sujeitos e seus modos de inscrição no laço social. Em uma compreensão semelhante, Rosa, Estêvão e Braga (2017, p. 360) propõem como possibilidade de escuta uma psicanálise implicada, em “diálogo necessário com outros campos de conhecimento”.

A noção de primazia do significante, a partir da leitura de Lacan ([1966] 1998), é organizadora do modo pelo qual a visada psicanalítica caracteriza tanto a linguagem – articulação de significantes em cadeia, representando não uma coisa a alguém, como na cadeia de signos, mas o próprio sujeito – quanto o sujeito, como o que um significante representa a outro significante (Lacan [2006] 2009), ou seja, efeito de/entre significantes; sujeito do inconsciente, cabe lembrar, compreendido este, por Lacan, como o discurso do Outro, logo, em sua dimensão sócio-histórica. A partir da leitura lacaniana, Rosa, Estêvão e Braga (2017, p. 363) afirmam que

“o discurso pode ser considerado como correspondente àquilo que possibilita o laço social e que se dá dentro do campo da linguagem”.

No que concerne à narrativa, mobiliza-a relacionada ao testemunho, por meio da reflexão de Paulon (2019, p. 177), para quem “a narrativa, enquanto método de leitura, evidencia a dinâmica e o movimento entre discurso e história [...]. A experiência narrativa da linguagem em psicanálise é, portanto, a forma de apresentar o sujeito habitado pela linguagem”. Compreendendo a concepção de testemunho também “pela lógica do sobrevivente, que implica uma difícil posição: a obrigação de lembrar” (Costa, 2018, p. 153). Em relação ao luto, o funcionamento significante do testemunho permite refletir sobre as possibilidades de reconhecimento da perda (Costa, 2014).

Embora possivelmente instados pela reportagem a falar especificamente sobre a enchente e as perdas, em meio a um cenário de destruição (não sobre “o que lhe viesse à cabeça”), entendo que a construção da narrativa escapa ao controle do falante entrevistado, mostrando que o sujeito é constituído pela linguagem, o que Paulon (2019, p. 180) chama de “atravessamento de sentidos no sujeito”. Nessa direção, acrescento, com De Souza e Sousa (2024), que

Na tentativa de representar o que se pensa, o que se sente e o que se estabelece a partir do horror, a língua, por princípio, sempre falha. Não se diz tudo, tampouco se acerta no alvo do que se desejava dizer, eis o primado de que a língua está submetida à incompletude, à opacidade e ao equívoco (De Souza, Sousa, 2024, p. 46).

Nesse fluxo, fala-se, falha-se.

Para a análise, apresentada a seguir, são transcritos os testemunhos de três participantes, organizados em duas cenas, em razão dos (re)cortes produzidos no próprio documentário. Ambas as cenas se passam na cidade de Cruzeiro do Sul, um dos municípios mais destruídos, tendo registrado também um dos maiores índices de óbitos no Vale do Taquari pela enchente de maio de 2024.

Construir com o que resta

Ainda em maio, em meio às inundações no Vale, uma enxurrada de dizeres, fotos, vídeos, golpes se alastrou pelas mídias. Como pontuar a gota da experiência humana em meio ao rio de enunciados informativos e desinformativos também? *A posteriori...*

A reportagem que fundamenta *Vale do Taquari, três enchentes depois* foi gravada em setembro de 2024, quatro meses após o último episódio das cheias, que começaram em 2023. Já o documentário foi divulgado oito meses após os chamados acontecimentos socioambientais de maio, em janeiro de 2025, ainda sem responsabilização jurídico-política por parte do poder

público. Não cabe, neste estudo, analisar todos os componentes do documentário enquanto produto cultural, tampouco perguntar sobre as intenções de seus produtores e divulgadores, já que o discurso, como sabemos, não é algo que se usa para “comunicar exatamente o que [se] está tentando comunicar” (Lara Jr., Dunker, Pavón-Cuéllar, 2019, p. 12). Para mim, ele é um modo de mergulhar na e uma possibilidade de escutar a experiência contada, narrada, testemunhada.

Logo nos primeiros segundos, a Cena 1 é situada, pela escrita na tela, em Cruzeiro do Sul, município com aproximadamente 13 mil habitantes e com 80% de sua área urbana afetada pela enchente¹¹. Antes de aparecer o casal entrevistado pela reportagem, o cenário em tela é surreal: quatro paredes antes cor-de-rosa, cadeiras penduradas no teto parcialmente desabado, entulhos pelo chão molhado de lama, a porta entreaberta, deixando ver mais restos do lado de fora.



Figura 1: captura de tela do documentário.

Fonte: Documentário Vale do Taquari, três enchentes depois (2025).

Enquanto o espectador vê a tela, escuta o início do que chamo de Cena 1. Logo em seguida, aparece a imagem dos participantes:

Cena 1:

Moradora 1: **Eu nunca imaginei que eu ia ver uma coisa assim né?**

Morador 1: Passou água, acho, uns três metro por cima da casa

Moradora 1: Ainda que nós tivemos sorte que **ficou a casa em pé**, porque tem os outros tudo perderam tudo né?¹²

11 Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/devastada-cruzeiro-do-sul-sofre-com-marcas-da-trag%C3%A9dia-no-rs-e-v%C3%AA-reconstru%C3%A7%C3%A3o-distante-1.1501296>. Acesso em 15 fev. 2025.

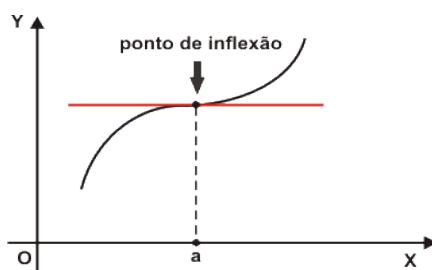
12 Transcrição e grifos meus. As vírgulas são usadas para marcar pausas no dizer, diferindo-se, portanto, das convenções da escrita.

O primeiro aspecto que gostaria de salientar concerne ao inominável e inimaginável no dizer da moradora, “uma coisa assim”, que parece escapar aos nomes e sentidos já dados. A amplitude da “coisa” é dimensionada pelo habitante, tomando como referência a casa, o lugar de habitar. Diante do vazio e dos entulhos, como restos, cabe perguntar o que resta. Um esboço de resposta é elaborado pela moradora, ao afirmar terem tido sorte pelo fato de a casa ter se mantido em pé.

A metáfora da casa como referência é pertinente para se tentar compreender a relação entre luto e lugar, além de potencializar a reflexão sobre o trabalho do luto como trabalho de construção. Quando escuto a formulação do dizer, percebo que esta burla a ordem direta da frase: não se trata de “a casa ficou em pé”, mas de “ficou a casa em pé”, “uma satisfação dada à desordem que se produz em razão da insuficiência de todos os elementos significantes”? Penso que a afirmação lacaniana, previamente referida, pode ser aqui retomada em pergunta, de modo a fazer com que a inversão de palavras seja uma inversão significante ou uma inflexão simbólica; algo que principia uma torção. O que ficou?

“Ficou a casa em pé”, por um lado, anuncia que outros elementos estruturantes do humano como ser habitante podem não ter ficado, dizendo do descolamento, da ausência, do buraco que a casa vazia também representa na realidade imediata. Por outro lado, o dizer reforça que ainda resta o lugar, em pé, o que pode funcionar, no trabalho de luto e na cadeia significante, como um ponto de inflexão, apontando para o fato de que há algo a se fazer com os restos. “Um pouco, uma parte, o que escapa, o que não se completa ou se fecha, mas se constitui por e a partir de restos” (De Souza, Sousa (2024, p. 48).

O ponto de inflexão, conceito matemático representado pela letra a^{13} no gráfico a seguir, marca o lugar em que uma curva muda de sentido, ou seja, em vez de continuar na mesma direção, torce-se e assume outra.



Gráfica 1: ponto de inflexão

13 Imagino que você, leitor(a), esteja pensando no *objeto a*, mas essa articulação deverá esperar futuros escritos.

Fonte: disponível em: <https://www.matematica.pt/faq/ponto-inflexao.php>. Acesso em: 16 fev. 2025.

Interpreto, nesta análise, o ponto de inflexão como uma torção na direção do dizer, ou seja, no sentido do testemunho. Não se fala do que se perdeu, como se esperaria, mas do que restou. Na cadeia sintática, o início desse giro é marcado pela concessiva “ainda que”. Há, por assim dizer, um “tomar ciência” de que muito se perdeu: “os outros tudo perderam tudo”. Ainda assim, resta algo da ordem do habitar, do hábito, e do construir. O termo inflexão também se relaciona à modulação da voz, funcionando como ênfase, entonação, que requer escuta.

O que faz com que a vida, como um vetor, mude de direção, de sentido? Como tenho pensado, *algo se descola do/no sujeito que se desloca e retorna*, (re)lançando-o no desamparo. Acerca dessa noção Rosa, Estêvão e Braga (2017) explicam que

a marca do desamparo está sempre presente remetendo à dimensão trágica da existência, ao vazio estrutural que habita o sujeito, ao real de sua falta-a-ser e *se evidencia quando são retiradas as coordenadas simbólicas que sustentam o sujeito*. A dimensão traumática refere-se àquela experimentada como um excesso de tensão vindo do exterior, aliado a uma falta de recurso do sujeito para responder a tal excesso (Rosa, Estêvão, Braga, 2017, p. 365, *grifo meu*).

A dimensão trágica do desastre sócio-político-ambiental, que impõe a perda de referências e de recursos não apenas materiais, mas também significantes (“Eu nunca imaginei que eu ia ver uma coisa assim”), talvez seja possível pensar, submerge o sujeito em sua estrutura e em sua história de precariedade e desproteção, interrompendo o *continuum* do cotidiano (a direção da linha). Todavia, a casa, que apesar de tudo, ficou em pé, parece servir como resto/resíduo simbólico que permite lidar com o excesso, não só com tudo o que foi perdido, mas também com o que passou “por cima da casa”. No trabalho do luto como construção, é como se o sujeito não partisse do completo vazio, mas do contorno dessa ausência como ponto de inflexão – ou de sorte.

A Figura 2, a seguir, introduz a Cena 2, que apresenta o testemunho de outro sobrevivente da cidade.



Figura 2: captura de tela do documentário.

Fonte: Documentário Vale do Taquari, três enchentes depois (2025).

Diferentemente da primeira captura de tela, esse enquadre é de um espaço aberto. Não são vistas paredes inteiras, apenas escombros. Enquanto o espectador assiste a uma sequência de tomadas aéreas de casas destruídas, escuta o início da Cena 2, até que a imagem do habitante, em seu testemunho, é apresentada.

Cena 2:

Morador 2: **A casa foi embora.** Dois pisos, a gente botou tudo pro segundo piso, guarda pelo menos as recordação que a gente tinha né? Sessenta anos. Quando eu levantei isso aqui, **esse pavilhão eu mesmo levantei com tijolo usado**, comprei mais barato. Hoje eu tô recolhendo esse mes... **quem disse que eu ia saber que um dia eu ia tá recolhendo esse tijolo pra usar ele novamente pra, pra fazer uma, um teto** [longa pausa] Eu no momento que eu depois cheguei e vi o pátio da minha casa... **eu desabei** um pouquinho né? **A gente sente um [riso] pouco** as coisas né? **Porque é muito, muito**, anos trabalhado, investido ali né?

Ele sai direitinho o tijolo *[fala enquanto retira com um martelo um tijolo de um resto de parede]*. Eu me criei aqui em Cruzeiro, a princípio até eu queria ficar em Cruzeiro mas, a gente ainda espera que a prefeitura que os políticos façam alguma coisa né? Se conseguirem, pelo menos um terreno pra gente reconstruir novamente.

*[O testemunho encerra com uma tela preta e o seguinte dizer, escrito em branco: “Três meses depois dessa gravação, Caetano ainda não havia conseguido um terreno; aumentou seu estoque de tijolos recolhidos, mas não tinha onde construir”]*¹⁴

Se na Cena 1 o que resta é a casa, o lugar, um certo modo de habitar, na Cena 2, “A casa foi embora”, como se tivesse vida e decisões próprias. Ela não ruiu, mas se foi, levando consigo as recordações de sessenta anos. O testemunho do sobrevivente relata o processo de arquitetar, sozinho, seu lugar, já a partir de restos: “esse pavilhão eu mesmo levantei com tijolo

14 Os negritos, itálicos e colchetes foram inseridos por mim.

usado”. Retomando a conferência de Agamben (2018, n. p.), proponho pensar, com o autor, que “é apenas o habitar que dá o seu sentido ao construir. O homem é um ser que constrói porque habita”. Porém, a Cena 2 parece nos confrontar com as (im)possibilidades de (se) construir e habitar com o resto do resto, o quase nada que restou da casa que já havia sido levantada (mas não ficou em pé) com tijolos mais baratos.

Falar da perda do lugar tem um custo ao habitante.

Nesse sentido, chamo a atenção ao enunciado que se formula também sobre certa desordem significante, a qual produz um adiamento de sentidos no/do sujeito, como em uma cadeia metonímica que parece demorar a ser pontuada de significação: “quem disse que eu ia saber que um dia eu ia tá recolhendo esse tijolo pra usar ele novamente pra, pra fazer uma, um teto”. O enunciado, parece retornar sobre si mesmo, moebianamente, em um processo ininterrupto de construção e reconstrução sobre/com restos. Se o trabalho do luto pode ser pensado como construção, o testemunho desse habitante nos diz desse fazer interminável, ou melhor, retomando os termos de Dunker (2019), previamente referidos, “uma tarefa finita e uma atividade infinita”.

Cabe ressaltar a dimensão da ausência presente no testemunho e de seus efeitos sobre o sujeito quando em momento algum se afirma que a casa foi destruída ou desabou. É possível pressupor que isso ocorreu pela via da imagem, em que se mostra o pátio da casa cheio de entulhos. Porém, o habitante afirma: “**eu** no momento que **eu** depois cheguei e vi o pátio da minha casa... **eu** desabei um pouquinho”.

Diante da ausência e do excesso inesperados (“porque é muito, muito”), sem “as coordenadas simbólicas que sustentam o sujeito”, o eu desaba. Ainda que seja “um pouco”, “um pouquinho”, esse vazio se faz sentir e, em meio ao relato, o morador começa a recolher tijolos. O trabalho (interminável) do luto como tentativa de contornar a perda pode ser escutado nas repetições e retornos do dizer: “eu levantei isso aqui [...] eu mesmo levantei com tijolo usado [...] Hoje eu tô [...] recolhendo esse tijolo pra usar ele novamente [...] ele sai direitinho o tijolo [...] Se conseguirem, pelo menos um terreno pra gente reconstruir novamente”.

Um tijolo não é apenas um tijolo e, no testemunho, ressoa como um pedaço descolado de si, dos anos investidos, um traço que se busca encontrar, recuperar e novamente colar ou colocar em outro lugar. De traço em traço, em construção, talvez se possa contornar o vazio deixado pelo lar, pelo ninho, pela proteção que foi embora. Esse testemunho, assim como o apresentado na Cena 1, não é irrelevante se compreendido em relação à história de descendentes de imigrantes, para quem a construção de um lugar se fez símbolo de resistência e resiliência, inflexão.

Embora o documentário afirme que o habitante continuou a acumular tijolos, sem

ter onde construir sua moradia, as palavras finais de sua narrativa parecem apontar que o sujeito “construiu uma resposta metafórica, um sintoma por meio do qual possa falar de seu sofrimento e endereçar uma demanda” (Rosa, Estêvão, Braga, 2017, p. 368): “a gente ainda espera que a prefeitura que os políticos façam alguma coisa né? Se conseguirem, pelo menos um terreno”. Aumentar o “estoque de tijolos”, assim, parece ser parte do trabalho do luto que, como construção, exige tempo, mas também destino político (na *pólis*) a ser dado aos traços deslocados-descolados internamente. Além disso, pode se configurar como algo da ordem de um ato que convoca o outro/Outro: a gente que espera, a prefeitura, os políticos.

Quanto à falta de “pelo menos um terreno pra gente reconstruir novamente”, Agamben (2018, n. p.) considera que “construir significa verificar ou realizar uma pertença social, um estar-em-casa”. Nesse trabalho, faz sentido pensar que o terreno é o mínimo, o que “pelo menos” o habitante precisa para estabelecer um (novo) lugar no laço social. Esse percurso se abre (se descola) para o que há de político no desamparo, conduzindo a tomar o luto em seu funcionamento discursivo.

Considerações Finais

Neste escrito, procurei articular algumas das noções que me convocaram a refletir sobre o acontecimento histórico e sócio-político-ambiental das enchentes nas regiões do Vale do Taquari e da Grande Porto Alegre, entre psicanálise e análise de discurso, dialogando com a proposta de uma psicanálise implicada (Rosa, Estêvão, Braga, 2017). Entendo que a noção de desamparo é desencadeadora da remessa teórica entre as demais concepções que mobilizei, como perda/ausência/falta, excesso/trauma, resto e luto.

A inundação no Vale, meu lugar corriqueiro de passagem e de volta para casa, direcionou meu olhar e minha escuta para os testemunhos de seus habitantes. Por isso, para pensar sobre a dinâmica do habitar, recorri à leitura de Agamben (2018), a fim de compreender, também, a articulação entre o luto e a perda de um lugar. Já para tratar da noção de luto, no incontornável retorno a Freud ([1917] 2024), segui o caminho proposto por Lacan ([1958-59] 2016) e por autores brasileiros (Costa, 2014; Silveira, 2018; Baldini, 2018; Dunker, 2019; De Souza e Sousa, 2024).

Propus contemplar os dizeres de três, dos sete habitantes entrevistados no documentário *Vale do Taquari, três enchentes depois*, enquanto narrativas de testemunho, guiada pelo pensamento de Costa (2018) e Paulon (2019). A escuta dos relatos, em sintonia com a história dos sujeitos, tornou possível aprofundar uma analogia entre o trabalho/sacrifício do luto e o trabalho de construção, a partir da dinâmica entre habitar e construir. Compreendo, assim, que

se confrontar com a ausência de suas casas – espaço íntimo e familiar –, e a possível perda de enunciados identificatórios ou de coordenadas simbólicas no laço social, faz com que os habitantes experienciem a estranha-familiar atividade (interminável) de forjar, desamparados, um lugar.

Nos testemunhos, essa construção como trabalho de contornar a perda é marcada na cadeia de significantes, em que a *casa* representa mais do que um simples espaço de moradia, e o *tijolo*, mais do que um simples fragmento de barro. Como significantes, em rede, são traços que dizem do sujeito, em que as dimensões externa e interna se atravessam; dizem dos objetos perdidos e buscados; dizem dos restos sobre os quais um lugar pode (ou não) ser edificado. A saída de casa, em razão da emergência, e o retorno ao lugar, que deixou de ser o mesmo, podem ser lidos como um movimento da banda de Moebius, na qual se marca um deslocar-descolar subjetivo.

Por essa razão, propus uma torção no termo jurídico *deslocados internos* para *internamente deslocados-descolados*, de modo a potencializar, na escuta dos testemunhos apresentados no documentário, a produção de um saber implicado com a experiência. *Internamente deslocados-descolados* não é uma proposta de nomeação dos habitantes, mas o tensionamento de um lugar no qual também nos colocamos ao escutá-los. Nesse movimento, emerge a problemática do lugar do luto na cultura, no coletivo, no sócio-histórico-discursivo, e do luto do lugar, não apenas físico, mas simbólico. Na leitura que propus, o vazio da perda pode ser representado como um vale, uma fenda que interrompe o *continuum* da vida. Um furo, em torno da qual se constrói o luto, mas que é também ponto de inflexão que pode redirecionar sentidos.

Assim como relatei o trabalho do luto com o construir (para habitar), sobre e a partir do que resta, este escrito também se arquitetou de restos e não fez senão dar os primeiros contornos de uma problemática complexa. Concebendo a psicanálise como prática *na* cultura, articulada aos estudos discursivos, ambos implicados nas questões contemporâneas, resta continuar a indagar a dimensão política dos discursos que se produzem nas experiências de se deslocar, bem como a dimensão ética da escuta do singular, que excede o caráter informativo dos dizeres.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Habitar e construir**. Parte da conferência realizada na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Roma, “La Sapienza”, no dia 7 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.revistapunkto.com/2019/11/habitar-e-construir-giorgio-agamben.html>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BALDINI, Lauro. Luto, discurso, história. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele; SILVA SOBRINHO, Helson. **Imaginário, sujeito, representações**. Recife:

EDUFPE, 2018, p. 27-34. Disponível em: https://www.neplev.com.br/_files/ugd/9e9c35_b31af590201d4c62a68bd1ec0f3f9412.pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

COSTA, Ana. Memória e testemunho. In: **Por que uma clínica do testemunho?** Clínicas do Testemunho RS e SC. Porto Alegre: Instituto APPoa, 2018, p. 145-154. Disponível em: https://appoa.org.br/uploads/arquivos/1437_livro_2.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

COSTA, Ana. Um luto impossível: efeitos de trauma em imigrações. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Desamparo e vulnerabilidades. Porto Alegre, n. 45-46, p. 32-36, jul. 2013/jun. 2014. Disponível em: https://www.appoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista_45_46.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

DALFORNO, Cristiano; CANABARRO, Rita de Cássia; MACEDO, Mônica. (Des)subjetivação, migração e refúgio: reflexões psicanalíticas. **Ágora**, Rio de Janeiro. v. XXIV, n. 1, p. 10-18, jan./ab. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/gNYydDqSfFMS5PF4XFnQpMm/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

DAROSA, Marluz. A hipervisibilidade do corpo-imagem migrante: uma estética do nomadismo na invisibilidade social. **Revista latino-americana de estudos do discurso**, v. 20, p. 25-43, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35956/v.20.n1.2020.p.25-43>. Acesso em: 17 fev. 2025.

DAROSA, Marluz. La construction de l'image des migrants au Brésil : interroger les dispositifs victimaire et médiatique. In: TAUZIN-CASTELLANOS, Isabelle (Org.). **De l'émigration en Amérique Latine à la crise migratoire**. Morlaàs: Cairn éditions, 2021, p. 209-222.

DA ROSA, Marluz. Refúgio no ensino superior: sentidos da permanência ou desafios de uma internacionalização (in)desejada. In: RODRIGUES, Andréa; DEUSDARÁ, Bruno; DIAS, Juciele Pereira (Orgs.). **Discursos em análise do/no presente**. Curitiba: Editora CRV, 2023, v. 5, p. 143-154. Disponível em: <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/37736-discursos-em-analise-do-no-presente>. Acesso em: 17 fev. 2025.

DE SOUZA, Glácia Nagem; SOUSA, Lucília Abrahão e. Um pouco, uma parte e o que escapa: o que da catástrofe se representa. **Stylus Revista de Psicanálise**, São Paulo, n. 48, p. 43-56, jun. 2024. Disponível em: <https://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/1123>. Acesso em: 17 fev. 2025.

DUNKER, Christian. Teoria do luto em psicanálise. **Revista PsicoFAE**. Pluralidades em Saúde Mental, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 28-42, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistapsicofae.fae.edu.br/psico/article/view/226>. Acesso em: 17 fev. 2025.

FRANZ, Juliana Cristina. **Imigração e colonização alemã no vale do Taquari / RS**: as continuidades e descontinuidades do processo de identificação territorial. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em Geografia e Geociências. Universidade Federal de Santa Maria, 2020, 177f. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/22032/TES_PPGGEOGRAFIA_2020_FRANZ_JULIANA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 fev. 2025.

FREUD, Sigmund. **O Infamiliar e outros escritos** / Sigmund Freud; seguido de O homem da

Areia / E.T.A Hoffmann. Belo Horizonte: Autêntica, [1919] 2020.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: FREUD, S. **Neurose, psicose, perversão**. Belo Horizonte: Autêntica, [1917] 2024, p. 99-121.

GAMBASSI, Giulia Mendes. A dimensão do horror no luto em “o que ficou para trás”: uma interpretação. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 63, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8665212>. Acesso em: 17 fev. 2025.

GAMBASSI, Giulia Mendes. **Nomear o humano**: a migração como acontecimento discursivo. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em Linguística Aplicada. Universidade Estadual de Campinas, 2022, 245f. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8665212>. Acesso em: 17 fev. 2025.

IANNINI, Gilson. **Freud no século XXI**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro. Apresentação: para ler o mal-estar. In: FREUD, Sigmund. **Cultura, sociedade e religião**: o mal-estar na cultura e outros escritos. Belo Horizonte: Autêntica, 2024, p. 7-31.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 6**: o desejo e sua interpretação. Rio de Janeiro: Zahar, [1958-59] 2016.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 18**: de um discurso que não fosse semelhante. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1971] 2009.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, [1966] 1998.

LARA JR., Nadir; DUNKER, Christian; PAVÓN-CUÉLLAR, David. Apresentação. In: LARA JR., Nadir. DUNKER, Christian; PAVÓN-CUÉLLAR, David. (Orgs.). **Análise lacaniana de discurso**: subversão e pesquisa crítica. Curitiba: Appris, 2019, p. 11-16.

MANUAL diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. **DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MATTOS, Luan Alex de; STÜBE, Angela Derlise. O que ficou para trás: o luto da língua. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 61, p. 81-91, ago./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/21792194739612023>. Acesso em: 17 fev. 2025.

PAULON, Clarice Pimentel. Do significante ao discurso: a narrativa como marca da experiência linguageira. In: LARA JR., Nadir; DUNKER, Christian; PAVÓN-CUÉLLAR, David. (Orgs.). **Análise lacaniana de discurso**: subversão e pesquisa crítica. Curitiba: Appris, 2019, p. 173-188.

ROBIN, Régine. **Le deuil de l'origine**. Paris: Éditions Kimé, 2003.

ROSA, Miriam Debieux; ESTÊVÃO, Ivan Ramos; BRAGA, Ana Paula Musatti. Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 22, n. 3, p. 359-369, jul./set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v22i3.35354>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SILVEIRA, Elaine Rosner. Luto impedido, luto negado – violência e trauma ontem e hoje. In: **Por que uma clínica do testemunho?** Clínicas do Testemunho RS e SC. Porto Alegre: Instituto APPOA, 2018, p. 271-281. Disponível em: https://appoa.org.br/uploads/arquivos/1437_livro_2.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025.

STÜBE, Angela Derlise. Língua e imigração: tramas do sujeito e da história. In: DA ROSA, Marlusa; PEIXOTO, Mariana; RUBBO, Daniella. **Discurso, desconstrução e psicanálise na Linguística Aplicada: encontros com Maria José Coracini**. Campinas: Pontes, *no prelo*.